

Prestação de Contas

Estar na Assembleia Legislativa é sempre um momento especial para o Ministério Público. É também um momento especial para mim. Após dois anos no cumprimento de minha função como Procurador-Geral de Justiça, tenho ainda mais convicção de que, além da obrigatoriedade legal de prestar contas, estar aqui consagra a transparência, que é valor fundamental para toda organização humana e, ainda mais, para as organizações públicas.

A apresentação do Relatório Anual de Atividades é oportunidade para o Ministério Público oferecer, não só a esta Casa Legislativa, mas a toda sociedade gaúcha, um conjunto de informações que permita a avaliação de nosso norte estratégico e das ações desenvolvidas ao longo do último ano, bem como dos resultados alcançados.

Renova-se, hoje, um espaço para o diálogo e parceria com o Parlamento, sempre com o propósito de atuarmos com mais resolutividade e harmonia. Os desafios da modernidade exigem a reconfiguração do nosso modelo de sociedade e do modelo de nossas instituições, para garantir o desenvolvimento de uma coletividade harmônica, próspera, comprometida e inovadora, capaz de alavancar o crescimento do Rio Grande do Sul.

A busca da prosperidade nos tempos atuais exige que visitemos mais o futuro do que o passado, que não deixemos de olhar para trás, mas que sejamos ainda mais atentos sobre os possíveis cenários de futuro. Esse é o grande desafio do bom gestor público.

Mudanças drásticas vêm ocorrendo no âmbito da sociedade global, impulsionadas pela revolução tecnológica e pela rapidez de disseminação das informações proporcionada pela Internet. Precisamos estar preparados para atender às exigências da sociedade pós-moderna, que é digital, interconectada, rápida, sem fronteiras. Novos serviços estão ao alcance de nossas mãos, por meios dos nossos smartphones, muitos destes precedem a própria regulamentação como, por exemplo, o Uber. As organizações da economia digital (Google, Facebook) perpassam as fronteiras nacionais e, muitas vezes, são mais poderosas que os próprios países. Grandes mudanças ainda estão por vir, impulsionadas pela inteligência artificial, indústria 4.0, robôs, impressoras 3D, Internet das coisas... Precisamos não só nos preparar para esse cenário de disrupção, como já afirmei no ano passado, mas devemos fazer parte dele.

Sabemos que a sociedade pós-moderna demanda organizações mais flexíveis e horizontais, menos burocráticas e mais orientadas ao interesse do cidadão, com governos que são cada vez mais avaliados

por suas capacidades de entregar seus serviços de forma eficiente e individualizada (veja-se a Lei 13.460/2017 – marco do serviço público - que estabelece a participação, proteção e defesa os direitos dos usuários dos serviços públicos). Importa agora implementar ações concretas que nos impulsionem nessa direção.

Nesse contexto, prosseguimos na consolidação de uma cultura de gestão estratégica, com o estabelecimento de focos prioritários de atuação e o trabalho por meio de projetos que reconhecem a necessidade de atuação compartilhada com toda a comunidade na solução dos problemas que se apresentam. Apostamos no desenvolvimento de ações mais assertivas, transversais, coletivas, preventivas e focadas no impacto social, colocando sempre o cidadão no centro da atuação.

Destaco dois valores, percebidos como fundamentais à **efetividade**, que permeiam a atual gestão do MPRS: cooperação e assertividade (tomar a decisão correta). Os problemas complexos abrangidos por nossa missão constitucional exigem gestão assertiva, transparente e, principalmente, coordenada com todas as forças sociais. Não conseguiremos sozinhos mudar a realidade, por isso entendo que cooperação é a nossa palavra-chave. De igual modo, o correto diagnóstico e a boa tomada de decisão, baseada em dados, são os insumos primeiros da efetividade.

Ao longo do relatório – agora em um formato totalmente novo e que pretende ser mais atrativo e amigável e se aproximar de um balanço social – demonstramos os principais resultados da atuação e destacamos iniciativas que refletem o esforço do Ministério Público para atender a nossa complexa missão constitucional e fazer jus aos principais anseios da comunidade gaúcha nas mais diversas áreas: Criminal (crime em geral, júri, JECRIM, execução penal, investigação), Especializada (nas matérias de Direitos Humanos, Infância e Juventude, Meio Ambiente e Ordem Urbanística, Patrimônio Público, Consumidor) e Cível (Família e Sucessões, Fazenda Pública, Registros Públicos). Para realizar essa amplitude de funções contamos, atualmente, com 693 membros (promotores e procuradores de Justiça) e 2.320 servidores, atuando em 164 Comarcas em todo o RS. Neste último ano, atuamos em cerca de dois milhões de processos judiciais, 930 mil procedimentos policiais e 26 mil expedientes investigatórios.

Importante reafirmar, antes de passar ao exame dos impactos sociais produzidos ao longo de 2018, que grande parte das ações aqui retratadas não chegaria a bom termo sem uma atuação articulada com outras instituições e órgãos públicos.

Na **SEGURANÇA PÚBLICA**, o Ministério Público manteve na mira as organizações criminosas que operam no tráfico de drogas, em delitos contra a administração pública e contra a ordem tributária.

A Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Organizações Criminosas, que atua em parceria com a Delegacia de Polícia de Repressão ao Crime de Lavagem de Dinheiro, permanece apresentando resultados significativos: já foram realizadas 29 operações, com 517 pessoas investigadas, 128 prisões decretadas, 323 denunciados e 17 condenados. Apreendidos bens e valores e bloqueadas contas bancárias num montante de R\$ 127.367.218,00 milhões indisponibilizados, pertencentes às organizações criminosas.

Merecem destaque o prosseguimento da operação Pulso Firme, com a obtenção de liminar coletiva que concedeu efeito suspensivo a decisões dos juízes das Varas de Execução Criminal de Porto Alegre que indeferiram o pedido de renovação por mais 360 dias da transferência de 17 líderes de facções criminosas gaúchas.

Outro ponto de destaque para a promoção da segurança pública foi a articulação no processo de implantação da primeira unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) no Rio Grande do Sul, inaugurada parcialmente em dezembro, em Porto

Alegre, e que será concluída ao longo de 2019 com recursos na ordem de aproximadamente 3 milhões de reais advindos de acordo de delação premiada firmado pela Promotoria Especializada Criminal. A APAC é uma alternativa ao caos do sistema prisional para a humanização das prisões, prevenindo a reincidência e proporcionando a reintegração social do apenado.

O combate à sonegação fiscal permanece entre as prioridades institucionais. Foram denunciadas 240 pessoas ao longo de 2018, representando prejuízo ao erário público na ordem de R\$ 360.000.000,00 em impostos sonegados.

Também a atuação do GAECO – Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado – merece destaque em 2018, com 73 operações realizadas no decorrer do ano. Cito apenas uma: a operação referente às investigações de fraudes em obras de pedágio no pólo de Carazinho, entre 2005 e 2012, com valores de aproximadamente R\$60.000.000,00 desviados.

Na área da proteção ao patrimônio público, merecem destaque algumas investigações e ações ajuizadas pelo MP, como as que envolveram atos de improbidade administrativa no Badesul, com prejuízos aos cofres públicos na ordem de R\$ 185 milhões.

Investimos fortemente na possibilidade de autocomposição e ajustamento de conduta na improbidade administrativa, normatizada em abril de 2018 pelo MPRS, que possibilitou uma atuação mais ágil e resolutiva no ressarcimento dos danos ao erário. Ao longo do ano, foram arquivados 26 expedientes investigatórios com termos de ajustamento de conduta pelo Conselho Superior do Ministério Público, envolvendo valores na ordem de R\$ 67.100.000,00. Para exemplificar o potencial desses acordos, aponto aquele celebrado em ação civil pública de improbidade administrativa que tramitava na **Comarca de Lajeado**, envolvendo a destinação, a título de ressarcimento e multa, de uma quantia superior a R\$ 2 milhões aos cofres públicos daquele município e **viabilizando a continuidade nos negócios dos envolvidos**.

Ainda, como exemplo do foco na atuação resolutiva e no âmbito da produção legislativa, empreendemos iniciativa de sensibilização e apoio aos prefeitos municipais para a normatização da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), sensibilizando 46 municípios para que editassem norma regulamentar da referida legislação.

Na **EDUCAÇÃO**, prosseguimos apostando em Promotorias Regionais para apoiar a concretização das políticas públicas estabelecidas no Plano Nacional de Educação. Desde 2012, as

Promotorias Regionais da Educação têm atuado no fomento à criação de vagas na educação infantil, com resultados significativos. A atuação das Promotorias Regionais da Educação contribuiu para a redução de 117 para 15 municípios sem creche no estado.

Outro tema que tem sido foco dos trabalhos na matéria é o combate à infrequência e evasão escolar, por meio da Ficha de Controle do Aluno Infrequente (FICAI) e da articulação com toda a rede envolvida: escolas, conselhos tutelares e secretarias da educação. Só em 2018, 12.620 alunos retornaram aos estudos por meio da FICAI.

Merece destaque, também, o projeto de pacificação nas escolas, que tem por intuito formar professores e servidores para atuarem como facilitadores da construção da paz nas escolas da rede municipal e estadual, inicialmente em 48 municípios da serra gaúcha e também na campanha e região nordeste. A partir do projeto, 250 profissionais já foram capacitados e mais de 9 mil pessoas participaram dos círculos da paz.

O acesso à **SAÚDE** e a qualificação dos serviços prestados representam uma das principais demandas da sociedade e estão, portanto, entre as prioridades do Ministério Público.

Implementados, em 2018, os primeiros Núcleos Regionais de Apoio à Saúde (NRAS) nos municípios de Passo Fundo, Pelotas e Porto Alegre. O objetivo desses núcleos é identificar os principais problemas em suas regiões e, envolvendo os responsáveis, promover ações de enfrentamento em questões coletivas como o fornecimento de medicamentos e a regulação das filas de espera para consultas, exames e internações.

Além disso, intensificamos o combate às fraudes e corrupção, por meio do GAECO Saúde. A Operação “Mega Sena” é exemplo dessa atuação, tendo desarticulado grupo criminoso que praticava crimes contra o sistema de saúde do Município de Canoas, com prejuízo estimado em 40 milhões de reais.

Também foram destaque no ano ações do MPRS com enfoque na proteção social, como os desdobramentos do Projeto Cuidar, cujo objetivo é enfrentar problemas das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), que acolhem, de forma irregular, pessoas em idade inferior a 60 anos com transtorno mental, deficiências físicas e/ou histórico de uso de drogas e álcool. Inicialmente desenvolvido pela Promotoria de Cachoeira do Sul, onde quase 300 pessoas foram desinstitucionalizadas, o projeto também está sendo implementado em outros municípios.

MEIO AMBIENTE – dia mundial do meio ambiente

Considerando o impacto da **SUSTENTABILIDADE**, destacamos o saneamento básico e o correto manejo dos resíduos sólidos para a preservação ambiental, dando seguimento ao Programa “RESanear”, que vem apresentando resultados significativos: 87% das cidades já possuem plano municipal de saneamento básico e 79% plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos. Também se destacaram em 2018 iniciativas do MP de combate ao desmatamento, à venda ilegal de agrotóxicos e à regulamentação das atividades de mineração e segurança de barragens.

Incrementamos a atuação do **Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais (NUCAM)**, tendente a articular a mediação e negociação de conflitos ambientais complexos ou de grande repercussão social ou econômica, buscando assegurar celeridade e efetividade na resolução de questões de relevante interesse social. Até o final de 2018, o Núcleo contabilizou 21 mediações, com quatro Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) firmados, duas recomendações expedidas e R\$ 3,2 milhões obtidos por meio de acordo judicial em ação relativa à poluição hídrica no Rio dos Sinos.

O NUCAM é parte da estrutura do **Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público (MEDIAR)**, instituído no ano de 2016.

Os mecanismos de autocomposição são a aposta do MP para a resolução dos conflitos de forma ágil, evitando-se a necessidade ou abreviando a judicialização das demandas.

Os acordos e recomendações estão alinhados com o que a sociedade espera de nós: efetividade, rapidez e menores custos. Só no ano de 2018, foram 1.158 Recomendações expedidas e 1.541 Compromissos de Ajustamento firmados pelo Ministério Público, o que significa cerca de 3.000 ações civis públicas a menos tramitando no nosso Judiciário, que já sangra com grande estoque de processos. Além disso, **tivemos 2.374 compromissos de ajustamento cumpridos** no período, significando danos ao meio ambiente, consumidor, ordem urbanística, entre outros interesses sociais, efetivamente resgatados através do cumprimento das iniciativas acordadas. Um destes acordos, por exemplo, resultou na destinação de 14 camas de UTI e um tomógrafo de última geração ao Hospital da Santa Casa no município de Rio Grande. A doação foi feita por empresas que poluíram o meio ambiente em Rio Grande e assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta perante o MPRS. Os equipamentos, no valor de R\$ 520 mil, qualificarão o atendimento no Hospital.

CONSUMIDOR

De olho no que o gaúcho serve à mesa, o Ministério Público coordena, desde 2014, o Programa Segurança Alimentar RS. As fiscalizações retiram de circulação os alimentos que apresentam riscos à saúde, interditam estabelecimentos que apresentam irregularidades e autuam os responsáveis. Este trabalho do MP, em parceria com outras instituições de fiscalização, foi um dos destaques da atuação em 2018, contribuindo para a qualidade dos alimentos comercializados no Rio Grande do Sul.

Só no ano de 2018, 214 estabelecimentos foram vistoriados em 51 municípios, 118 toneladas de alimentos impróprios ao consumo foram apreendidas e 26 prisões foram realizadas. O resultado mais importante desse projeto não são os números suprarreferidos, mas a mudança de cultura evidenciada no acompanhamento das ações que refletem comerciantes mais cuidados e cientes de seus deveres para com os consumidores

As Promotorias do Consumidor também trabalham para garantir os direitos dos gaúchos na área de telefonia, prioridade de trabalho do Núcleo de Resolução de Conflitos Consumeristas. Além de ações

ajuizadas, foram realizadas audiências públicas e reuniões de mediação para tratar do tema. Duas grandes empresas do setor foram condenadas por irregularidades na prestação do serviço de telefonia celular e de acesso à internet banda larga.

Ainda merece relevo a atuação da Promotoria do Torcedor. A conclusão do pleno cadastramento para o controle biométrico de acesso aos estádios da dupla Gre-Nal possibilitará melhor controle pelas autoridades de segurança pública, contribuindo para a redução da violência nos estádios.

Infância e Juventude

Proteger os direitos das crianças e adolescentes é prioridade para o Ministério Público. Com o olhar sobre o futuro da infância e juventude do RS, vale destacar o projeto de aparelhamento das casas de acolhimento, fruto de parceria entre o MP e MPT, que receberam a destinação de mais de R\$ 1 milhão em bens, o que permitiu qualificar o atendimento direto de 972 crianças e adolescentes em situação de acolhimento em Porto Alegre (Cinara).

Promoveu-se campanhas de prevenção e educação com repercussão nacional. Exitosas, portanto. Campanha precursora no país para alertar pais e responsáveis sobre a obrigação legal de

vacinar os filhos e no combate à violência, exploração e exposição sexual, destaca-se a campanha “Quando uma Imagem Vira Pesadelo”, alertando para os riscos da exposição da imagem de crianças e jovens nas redes sociais.

Encaminho minha fala para o final ao reafirmar a relevância da inovação na gestão do Ministério Público do futuro. Refiro-me ao Programa MP 4.0, que agrupa um conjunto de projetos destinados a conectar o Ministério Público com as demandas da sociedade digital. Trata-se da criação de um Laboratório de Dados e Inovação no MPRS que será responsável por promover a transformação digital da Instituição, disseminando a cultura da inovação orientada pelos dados, propiciando decisões mais assertivas e respostas mais ágeis efetivas ao cidadão. O projeto já foi contemplado pelo Fundo Nacional dos Direitos Difusos do Ministério da Justiça para receber R\$4.000.000,00 em recursos extraorçamentários, que serão destinados a aquisição de infraestrutura para processamento de grande volume de dados (Big Data) e desenvolvimentos das primeiras aplicações utilizando ferramentas analíticas e de inteligência artificial.

Como os senhores deputados podem perceber, há muito trabalho realizado, mas nenhuma Instituição ou Poder vai conseguir promover resultados atuando isoladamente e desconsiderando as inovações tecnológicas que se colocam para todos. Acredito que essa é a

questão: o Poder Público como um todo precisa sentar à mesa, promovendo a análise conjunta dos dados e informações relevantes, utilizando a tecnologia que está à disposição de todos, para estipular consensos mínimos que permitam as melhores ações possíveis, aquelas mais alinhadas com as necessidades do cidadão. Precisamos atuar de forma coordenada e assertiva, com planejamento, gestão e transparência nas questões sociais de alta relevância para a sociedade gaúcha.

Finalizo com o meu mais sincero agradecimento ao trabalho dos membros e servidores do Ministério Público, verdadeiros protagonistas dos resultados apresentados. Compromisso Social, ética, unidade, combatividade, democracia e independência orientam nossa atuação e são os nossos mais caros princípios.

Fico à disposição, a partir de agora, para o diálogo sempre construtivo com os nobres deputados.

Muito obrigado!

Fabiano Dallazen,

Procurador-Geral de Justiça